

Proposta de readequação fiscal

Ministro da Fazenda

Nelson Barbosa

Ministry of
Finance

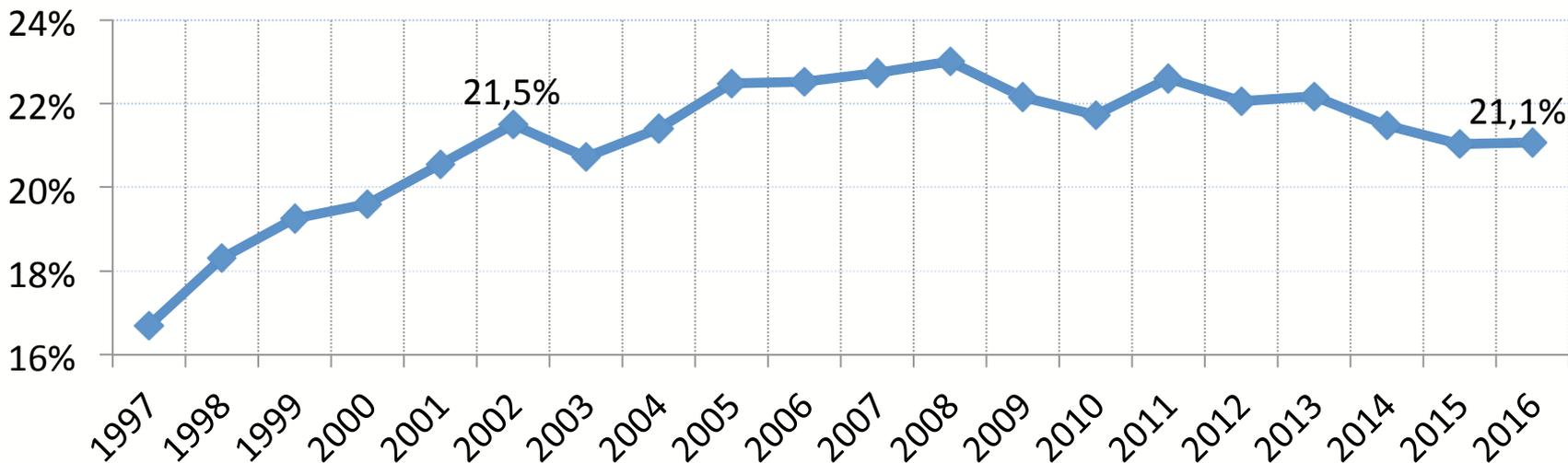


TAXA REAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA ADMINISTRADA (ACUMULADA EM 12 MESES)



A receita primária está em queda praticamente desde 2010 e atingiu um nível abaixo do observado em 2002

Receita primária em % do PIB

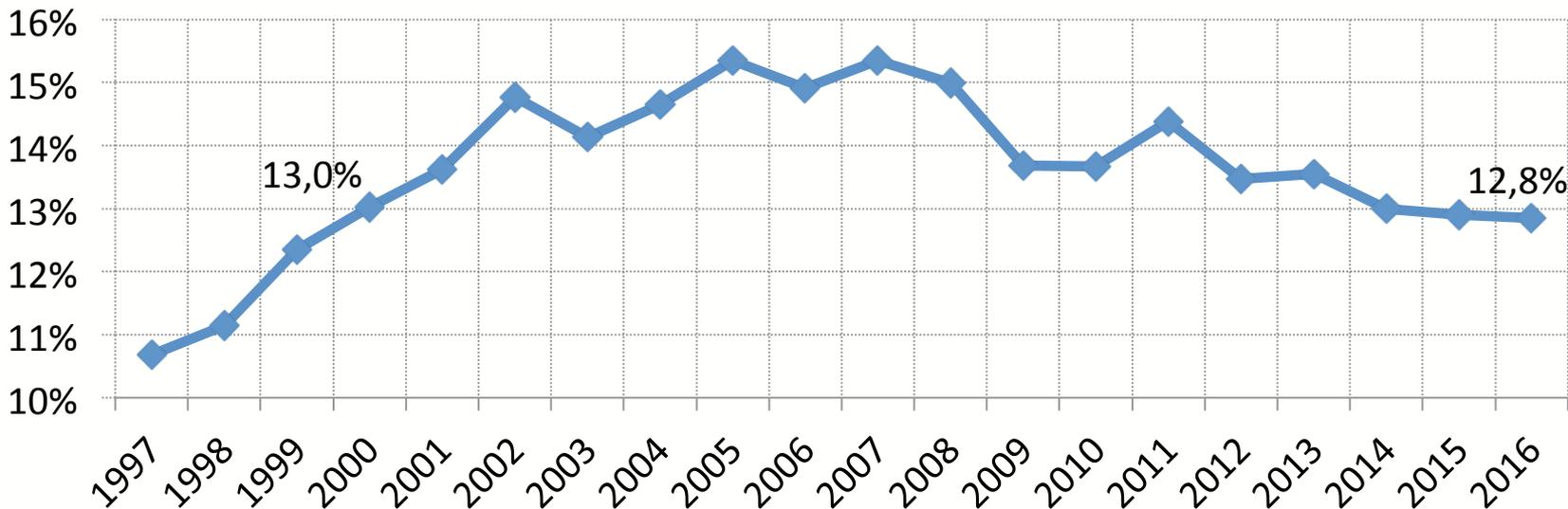


* Acumulado em 12 meses até jan/16 (exclui cessão onerosa)

Fonte: STN/MF

A arrecadação com impostos e contribuições do governo federal está em queda praticamente desde 2010. Em 2015, atingiu o nível inferior ao observado em 2000

Evolução da arrecadação com impostos e contribuições não previdenciárias em % do PIB



* Acumulado em 12 meses até jan/16

Fonte: STN/MF

CONTEXTO DA POLÍTICA FISCAL

- A LDO 2016 estabelece uma meta de R\$ 30,6 bilhões para o setor público (R\$ 24 bilhões para a União e R\$ 6,6 bilhões para Estados e Municípios).
- A incerteza sobre a evolução da receita primária e expectativa de redução do nível de atividade econômica pelo segundo ano consecutivo tornam necessário adotar um espaço fiscal para absorver frustrações de receitas, preservar ações emergenciais de saúde e investimentos prioritários.
- A redução da incerteza fiscal requer uma sinalização clara e tempestiva da estratégia da política fiscal.

PROPOSTA DE READEQUAÇÃO FISCAL APRESENTADA EM FEVEREIRO

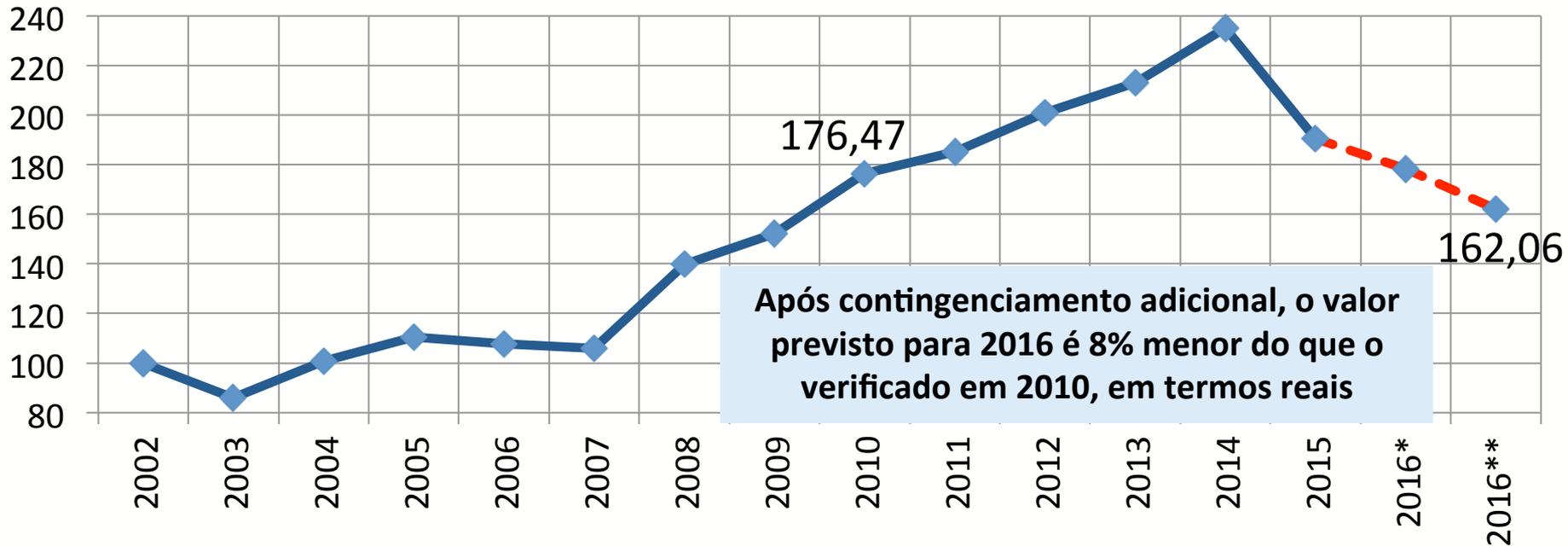
O Governo propôs as seguintes possibilidades de redução da meta fiscal em 2016:

- Até R\$ 30,5 bilhões por frustração de receitas administradas
- Até R\$ 41,7 bilhões por frustração de receitas não administradas (operações com ativos, dividendos e concessões)
- Até R\$ 3 bilhões para ações na área de saúde
- Até R\$ 9 bilhões para pagamento de restos a pagar de investimentos prioritários

Valor total: R\$ 84,2 bilhões

NOVA PROPOSTA DE READEQUAÇÃO FISCAL

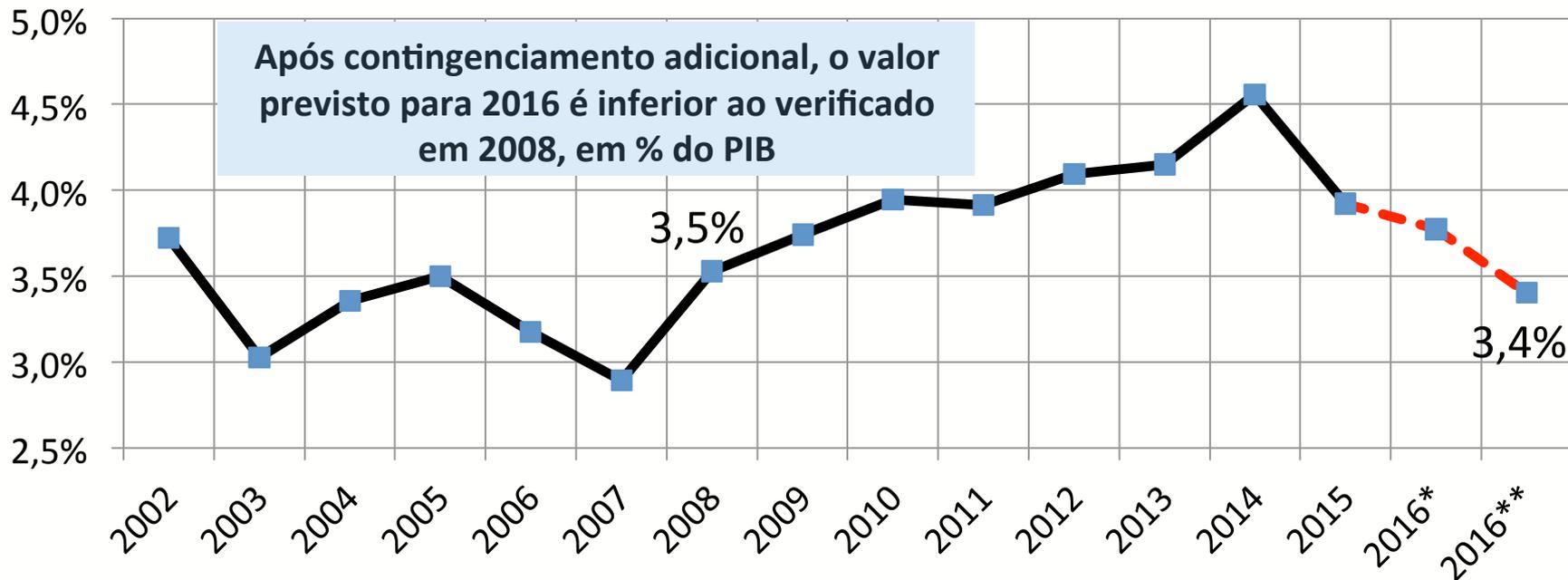
- A frustração das receitas administradas verificada primeiro trimestre está superior ao estimado na proposta inicial apresentada em fevereiro.
- A reestimativa de receitas e despesas tornou necessário um contingenciamento adicional de R\$ 21,2 bilhões para cumprir a meta em vigor.
- Porém, diante da queda do nível de atividade econômica em curso, é adequado solicitar ao Congresso Nacional a reversão do contingenciamento adicional mediante redução da meta fiscal.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS EM VALORES REAIS (BASE 100 = 2002)

* Relatório extemporâneo

** 1º Relatório bimestral

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS EM % DO PIB



* Relatório extemporâneo

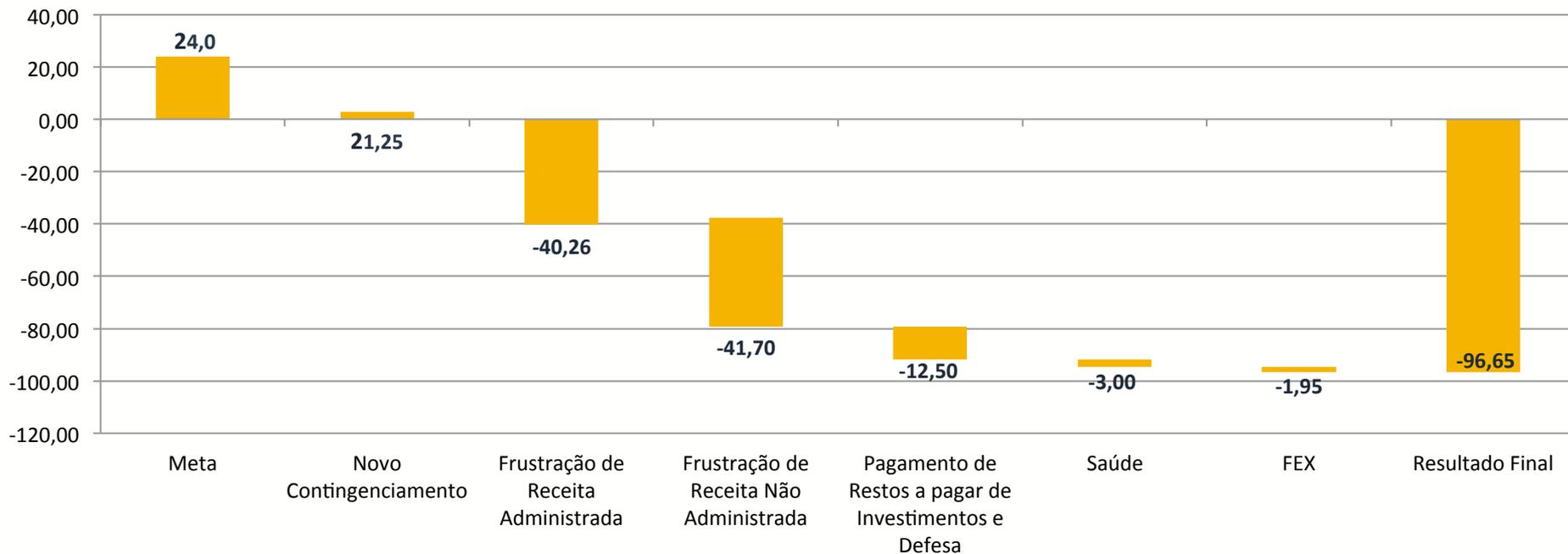
** 1º Relatório bimestral

NOVA PROPOSTA DE READEQUAÇÃO FISCAL

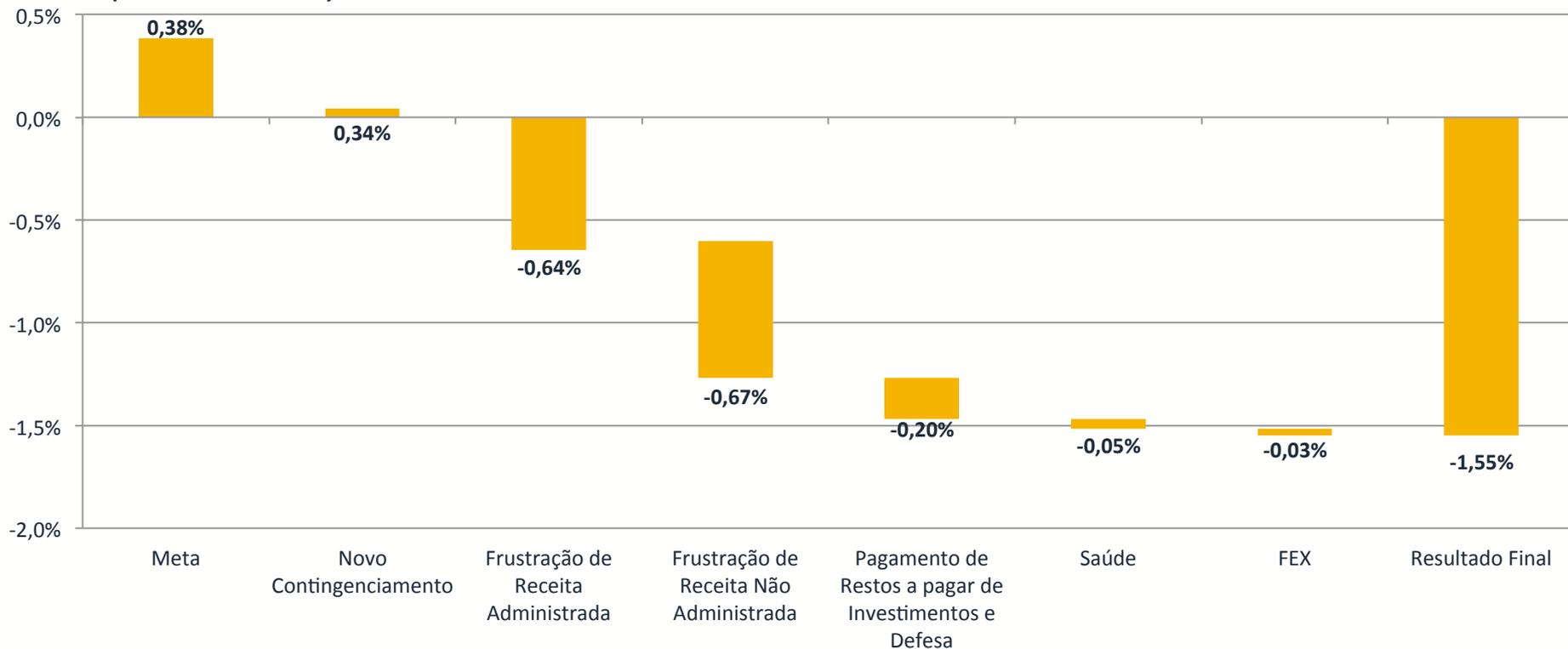
- Reduzir meta fiscal da União em **R\$ 21,2 bilhões** (de R\$ 24,0 bi para R\$ 2,8 bi), de modo a recompor contingenciamento adicional após aprovação pelo Congresso Nacional
- Aumentar possibilidade de frustração de receita administrada de R\$ 30,5 bi para **R\$ 40,3 bilhões** devido aos resultados observados no primeiro bimestre deste ano
- Manter possibilidade de frustração de receita não administrada em **R\$ 41,7 bilhões**
- Manter dedução por gastos com saúde em até **R\$ 3 bilhões**
- Manter dedução por gastos com investimento em até **R\$ 9 bilhões**
- Incluir dedução por gastos com defesa em até **R\$ 3,5 bilhões**
- Incluir a dedução para regularização do FEX em até **R\$ 1,95 bilhões**

Possibilidade máxima de redução da meta: R\$ 120,65 bilhões

DECOMPOSIÇÃO DA ALTERAÇÃO DA META FISCAL (Em R\$ bi)



DECOMPOSIÇÃO DA ALTERAÇÃO DA META FISCAL (Em % do PIB)



REC e Limite de Gasto

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

REC x Limite de Gasto

Regime Especial de Contingenciamento (REC)

- Medida opcional
- Somente em caso de baixo crescimento previsto na LRF
- Preserva gastos essenciais ou prioritários

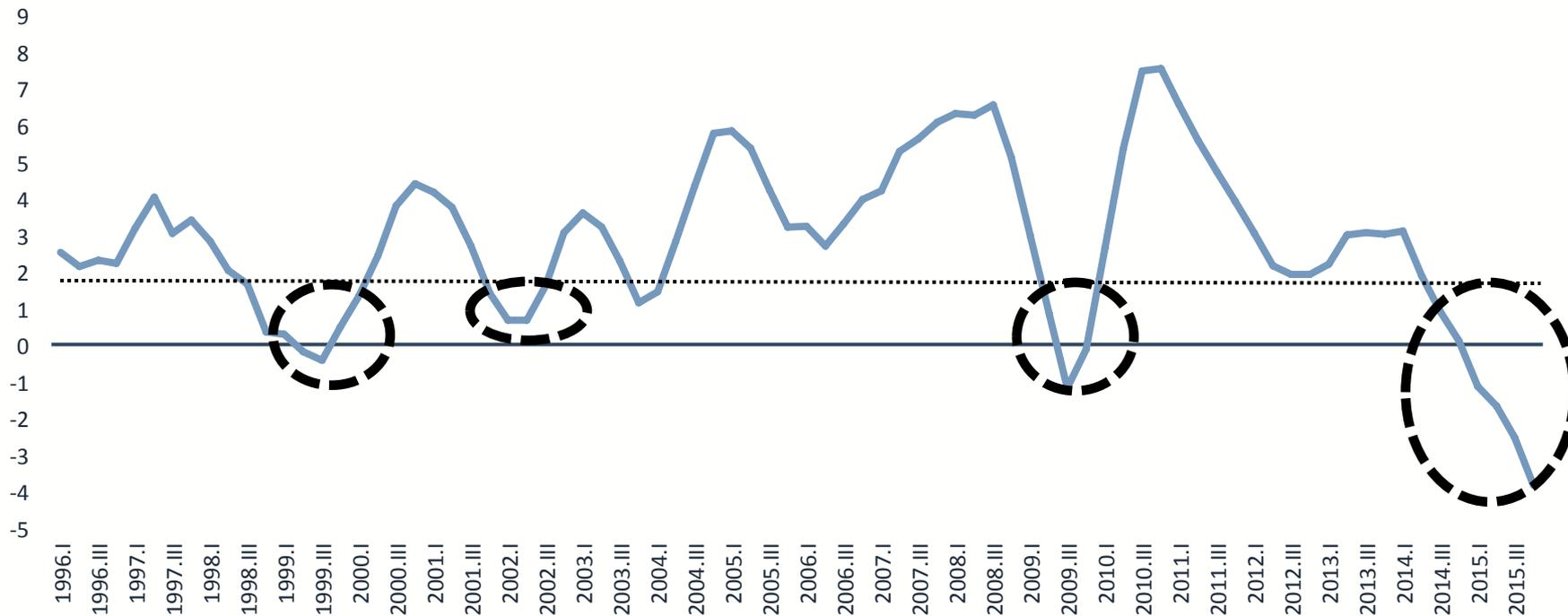
Limite para o Gasto Primário

- Medida obrigatória
- Quando projeção de gasto exceder o limite, aciona ajustes automáticos em despesas discricionárias e obrigatórias (três estágios)

Situações de aplicação do REC e do Limite de Gasto Primário

	Gasto primário abaixo do limite máximo	Gasto primário acima do limite máximo
Baixo Crescimento (menor do que 1% nos últimos 12 meses)	REC (opcional)	REC (opcional) e Ajuste automático do Gasto (obrigatório)
Crescimento normal (maior ou igual a 1% nos últimos 12 meses)	Metodologia usual	Ajuste automático do Gasto (obrigatório)

Episódios de baixo crescimento nos últimos 20 anos



O que ocorre no caso de baixo crescimento e gasto acima do limite?

- O governo deve aplicar os estágios previstos na regra do limite do gasto na elaboração da LOA.
- Se adotar o REC, o governo poderá preservar parte das despesas discricionárias consideradas essenciais e prioritárias na execução do contingenciamento
- Considerando as duas regras, haverá redução de gastos obrigatórios e discricionários considerados não essenciais